



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito do Consumidor

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º PERÍODO

CH TOTAL
TEÓRICA:

CH TOTAL
PRÁTICA:

CH TOTAL:

60 h

0 h

60 h

OBRIGATÓRIA: (X)

OPTATIVA: ()

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I, Direito Civil II, Direito Civil III, Direito Civil IV

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Ao final da disciplina o estudante será capaz de:

Verificar os elementos existenciais e princípios norteadores das relações de consumo, bem como perceber que a resposta ao globalismo é a inserção da pessoa humana no mercado com seus respectivos direitos.

Identificar o mercado como ambiente tutelado pela Constituição Federal tendo como principal ator o agente de consumo, enfim destinatário final de produtos e serviços, consubstanciado atualmente como portador de direito fundamental e carente do imperativo de tutela do Estado. Hoje já se faz inarredável a expressão 'nascer para o contrato', que é a hipótese radical do consumidor.

EMENTA

1. Introdução ao direito do consumidor
2. Estrutura sistemática.
3. Relação jurídica de consumo e conceitos gerais.
4. Princípios gerais do Direito do Consumidor e técnica jurídica.
5. Direitos básicos e efetividade dos direitos fundamentais.
6. Qualidade dos produtos e serviços.
7. Responsabilidade pelo fato do produto.
8. Responsabilidade pelo fato do serviço.
9. Responsabilidade pelo vício do produto.
10. Responsabilidade pelo vício na prestação de serviço.
11. Responsabilidade na prestação de serviços públicos.

12. Decadência e prescrição.
13. Desconsideração da personalidade jurídica.
14. Oferta, mercado e a imposição de consumo: *locus* de todos.
15. Publicidade.
16. O abuso do direito e o limite ao exercício de posição jurídica.
17. Cobrança de dívidas.
18. Bancos de dados, cadastro e exclusão do mercado.
19. Negociação individualizada e negociação *standard*.
20. Teoria geral das cláusulas abusivas.
21. Contratos de adesão.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO CONSUMIDOR

- 1.1 Consumidor: agente social destacado
- 1.2 Importância da teoria geral do direito do consumidor
- 1.3 Aspectos históricos gerais.
- 1.4 Aspectos históricos específicos.
- 1.5 A idéia de consumidor na era pós-moderna.

2. ESTRUTURA SISTEMÁTICA

- 2.1 Estratégia constitucional.
- 2.2 Lei imperativa.
- 2.3 Direito privado setorial e diálogo de fontes.
- 2.4 O direito do consumidor como direito fundamental.
- 2.5 O CDC no tempo.

3. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO E CONCEITOS GERAIS

- 3.1 Conceito de consumidor.
 - 3.1.1 Consumidor equiparado.
 - 3.1.1.1 O consumidor-coletividade.
 - 3.1.1.2. O consumidor-vítima.
 - 3.1.1.3 O consumidor-intermediário.

- 3.2 Conceito de fornecedor.
- 3.3 Conceito de produto.
- 3.4 Conceito de serviço.

4. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR E TÉCNICA JURÍDICA

- 4.1 A vulnerabilidade na sociedade de riscos.
- 4.2 A boa-fé nas relações de consumo.
- 4.3 O equilíbrio nas relações de consumo.
- 4.4. A autonomia privada e o contrato como fato social.
- 4.5 Estado e inadimplemento constitucional.

5. DIREITOS BÁSICOS E EFETIVIDADE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

- 5.1 Proteção à vida, à saúde e segurança.
- 5.2 Pedagogia do consumo.
- 5.3 Informação.
- 5.4 Confiança e veracidade das ofertas.
- 5.5 Proibição do abuso de direito.
- 5.6 Revisão contratual genética e funcional.

- 5.7 Prevenção e reparação a danos.
- 5.8. Abuso do direito (antijuricidade formal e antijuricidade material)
- 5.9 Acesso à justiça.
 - 5.9.1 Inversão do ônus e cooperação.
 - 5.9.9.1 Regra geral
 - 5.9.9.2 Regra específica a casos determinados (carga dinâmica)
 - 5.9.9.3 Regra contratual (responsabilidade subjetiva com presunção de culpa).

5.10 Eficiência no serviço público.

6. QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

- 6.1 Normalidade.
- 6.2 Anormalidade.
- 6.3 Retirada do produto ou serviço.
- 6.4 Recall (contrapublicidade).
- 6.5 A quem o dever normativo se impõe.

7. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO

- 7.1 O defeito do produto como inservibilidade.
 - 7.1.1 Defeitos de criação.
 - 7.1.2 Defeitos de execução.
 - 7.1.3 Defeitos de informação.
 - 7.1.4 Critérios normativos de aferição do defeito.
- 7.2 O dever de indenizar.
 - 7.1 Responsabilidade objetiva.
 - 7.2 Excludentes ao fornecedor.
 - 7.3 Responsabilidade subsidiária do comerciante.

8. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO SERVIÇO

- 8.1 O defeito do serviço como inservibilidade.
 - 8.1.1 Tipos de defeitos do serviço.
 - 8.1.2 Critérios normativos de aferição do defeito.
- 8.2 O dever de indenizar.
 - 8.2.1 Responsabilidade objetiva.
 - 8.2.2 Excludentes ao fornecedor.
 - 8.2.3 O profissional liberal entre a responsabilidade subjetiva com presunção de culpa e o risco da atividade.

9. RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO

- 9.1 O vício do produto como inservibilidade.
 - 9.1.1 Tipos de vício do produto (qualidade e quantidade).
 - 9.1.2 Critérios normativos de aferição do produto viciado.
- 9.2 Responsabilidade objetiva e solidária.
 - 9.2.1. A ignorância do fornecedor.
 - 9.2.2 A garantia é legal.
 - 9.2.3 A ineficácia da cláusula de não indenizar.
- 9.3 Direitos do consumidor lesado pelos vícios.
 - 9.3.1 A substituição do produto.
 - 9.3.2 A restituição e perdas e danos.
 - 9.3.3 O abatimento proporcional do preço.
 - 9.3.4 Possibilidade de dilatação de prazo decadencial.

10. RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 10.1 Critérios normativos de aferição do vício na prestação de serviço.
- 10.2 Responsabilidade objetiva e solidária.
- 10.3 Direitos do consumidor lesado.

10.3.1 A reexecução da prestação de serviço (e a confiança).

10.3.2 A restituição e perdas e danos.

10.3.3 O abatimento proporcional do preço.

10.3.4 Cláusula implícita de dever pós-contratual.

11. RESPONSABILIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

11.1 Princípios gerais.

11.2 A Administração Pública serviente.

11.3 Regulação e humanismo.

12. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

12.1 Aspectos gerais.

12.2 Prazos decadenciais.

12.2 Prazos prescricionais.

12.3 Suspensão e interrupção de prazos.

13. DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

13.1 Hipóteses específicas.

13.2 Cláusula geral de desconsideração (*an debeatur*).

13.3 Contratos conexos, em rede e relacionais.

13.3.1 Responsabilidade solidária.

13.3.2 Responsabilidade subsidiária.

13.3.3 Responsabilidade subjetiva.

14. OFERTA, MERCADO E A IMPOSIÇÃO DO CONSUMO: LOCUS DE TODOS

14.1 Oferta, propaganda, publicidade e *marketing*.

14.2 Teoria da declaração na ótica pós-moderna (responsabilidade e confiança).

14.3 Princípios (cognoscibilidade e vínculo).

14.4 Requisitos.

14.5 Efeitos

14.5.1 Inadimplemento absoluto

14.5.2 Adimplemento imperfeito

14.5.3 Execução específica

15. PUBLICIDADE

15.1 Conceito.

15.2 Ônus empresarial da prova quanto ao prometido.

15.3 A publicidade enganosa e a nova perspectiva da má-fé.

15.4 A publicidade abusiva e o abandono da eticidade.

15.5. A publicidade enganosa por omissão e o dever de informar.

16. O ABUSO DO DIREITO E O LIMITE AO EXERCÍCIO DE POSIÇÃO JURÍDICA

16.1 Práticas indicativas de abuso do direito (rol exemplificativo).

16.1.1. Relativas à formação contratual.

16.1.2 Relativas à execução contratual.

16.2 O orçamento: informações essenciais e boa-fé nas tratativas (fase pré-contratual).

16.3 Produtos e serviços sujeitos ao controle do poder público (intervencionismo direto e contratos de prestação de serviços relacionais)

17. COBRANÇA DE DÍVIDAS

17.1 Cobrança de dívidas, inadimplência e o dever de proteção ao *alter*

17.2 Cobrança de dívidas e o direito ao sossego

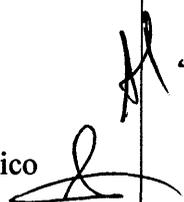
17.3 A responsabilidade civil pela cobrança indevida: o consumidor não inadimplente

18. BANCOS DE DADOS, CADASTRO E EXCLUSÃO DO MERCADO

18.1 O direito à informação sobre si face o conhecimento dos outros

18.2 A equiparação dos órgãos privados de informação às consequências de direito público

18.2 Requisitos



18.2.1 Cadastros objetivos, claros e verdadeiros, mediante linguagem acessível

18.2.2 Prazo de eficácia e prescrição do débito do consumidor

18.3 O devido processo legal da negativação (§ 2º e 3º)

18.4 O banco de dados invertido: o cadastro do fornecedor para a depuração do mercado

19. NEGOCIAÇÃO INDIVIDUALIZADA E NEGOCIAÇÃO STANDARD

19.1 'Assinatura mágica' versus dever de esclarecimento (conhecimento prévio do conteúdo)

19.2 A boa-fé na obrigação como processo (deveres anexos)

19.3 Hermenêutica e interpretação do contrato de consumo

19.4 A força vinculativa das tratativas

19.5 Prazo de reflexão

19.6 Garantia contratual

20. TEORIA GERAL DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS

20.1 Novamente o abuso de direito

20.2 Concepção europeia de cláusulas abusivas e a passagem para o desequilíbrio significativo

20.3 Tipos de cláusulas proibidas (leoninas, potestativas e abusivas)

20.3.1 Cláusulas eximentes de indenização

20.3.2 Cláusulas eximentes de restituição (decaimento)

20.3.3 Cláusulas de transferência

20.3.4 Cláusulas de prejuízo processual (inversão do ônus da prova e arbitragem)

20.3.5 Cláusulas mandato

20.3.6 Cláusulas eximentes da obrigação ao fornecedor

20.3.7 Cláusulas de variação de preço do contrato

20.3.8 Cláusulas unilaterais de cancelamento ou modificação do vínculo

20.3.9 Cláusulas impositivas de custos de cobrança

20.3.10 Cláusulas ofensivas ao meio ambiente e ao sistema consumerista

20.4 Regras para aferição da justiça contratual

20.5 Princípio da conservação do contrato

20.6 Legitimidade difusa do MP para controle do poder legislativo do empresário

20.7 Dever de informação e abatimento de encargos

20.8 Compensação da fruição e enriquecimento sem causa

21. DOS CONTRATOS DE ADESÃO

21.1 Conceito normativo

21.2 A cláusula resolutória deve ser alternativa (novamente deveres anexos)

21.3 Técnica normativa de redação (fim do consensualismo)

21.4 Cláusulas de destaque

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, João Batista de. *A proteção jurídica do consumidor*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008;

ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Código do consumidor comentado*. 2ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: RT, 1995;

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos e *Comentários ao código de defesa do consumidor*. São Paulo: RT, 2005;

BITTAR, Carlos Alberto. *Direito do consumidor*. 6ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DONATO, Maria Antonieta Zanardo. *Proteção do consumidor*. São Paulo RT, 1994.

AR
L



FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de direitos do consumidor*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2005

GRINOVER, Ada Pellegrini (Coord.). *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004;

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MIRAGEM, Bruno Nunes Barbosa. *Direito do consumidor*. São Paulo: RT, 2008

NUNES, Luiz Antônio Rizzato. *Curso de direito do consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2004.

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do consumidor*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008;

GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. *Desconsideração da personalidade jurídica no código do consumidor, aspectos processuais*. São Paulo: Max Limonad, 1999.

LUCCA, Newton de. *Direito do Consumidor: aspectos práticos*. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2000;

MANDELBAUM, Renata. *Contratos de adesão e contratos de consumo*. São Paulo: RT, 1996.

NOVAIS, Alinne Arquette Leite. *A teoria contratual e o Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Política do Consumidor, Biblioteca de Direito do Consumidor. v.17: RT.2001.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade civil no Código do consumidor e a defesa do fornecedor*. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Juarez. *Comentários ao código de defesa do consumidor*. São Paulo: Saraiva, 1991.

QUEIROZ, Odete Novais Carneiro. *Da responsabilidade por vício do produto e do serviço*. v.11. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROCHA, Antônio do Rego Monteiro. *Código de defesa do consumidor, desconsideração da personalidade jurídica*. Juruá: Curitiba, 1999.

SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. *Código de defesa do consumidor anotado*. São Paulo: Saraiva, 2001.

APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Ms. Helécio Dantas de Oliveira
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso
R. Itaipava R. N.º 879/09

Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Dr. Agninaldo Alamo
Diretor da FACULDADE DE DIREITO
"Prof. Jocy de Assis"
Carimbo e assinatura do Diretor da
Unidade Acadêmica